

tificação fiscal 500878455, com endereço no lugar do Valmor, Folgosa, 5110-000 Armamar.

Administrador da insolvência, Dr. Armando Rocha Gonçalves, com endereço na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, 386, Porto, 4200-186 Porto.

Ficam notificados todos os interessados de que, no processo supra-identificado, por decisão da assembleia de credores, foi aprovado plano de insolvência.

11 de Dezembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Catarina Amaral Furtado Oliveira*. — A Oficial de Justiça, *Ana Maria Magalhães*.
3000222476

4.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BARCELOS

Anúncio

Processo n.º 4506/06.0TBBCCL.

Insolvência de pessoa colectiva (requerida).

Credora — Maria Goreti Carvalho da Costa.

Insolvente — Corferi — Fábrica de Peúgas, L.ª

No Tribunal da Comarca de Barcelos, 4.º Juízo Cível de Barcelos, no dia 11 de Dezembro de 2006, pelas 16 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Corferi — Fábrica de Peúgas, L.ª, número de identificação fiscal 503767379, com endereço no lugar do Monte, 4750-536 Lijó, com sede na morada indicada.

São administradores da devedora, António Domingos Coutada Cordeiro, com endereço no lugar do Monte, Lijó, 4750-000 Barcelos, e Maria Margarida Lourenço Ferreira, com endereço no lugar do Monte, Lijó, 4750-000 Barcelos, a quem é fixado domicílio nas moradas indicadas.

Para administrador da insolvência é nomeado Armando Rocha Gonçalves, com endereço na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, 386, 4200-186 Porto.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 29 de Janeiro de 2007, pelas 11 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

12 de Dezembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Artur Dionísio do Vale dos Santos Oliveira*. — A Oficial de Justiça, *Palmira Caridade*.
3000222477

TRIBUNAL DA COMARCA DE CINFÃES

Anúncio

Processo n.º 440/06.1TBBCNF.

Insolvência de pessoa singular (apresentação).

Devedor — Jaime Coelho Matos Lobão.

Credor — Banco Português de Investimento, S. A., e outro(s).

No Tribunal da Comarca de Cinfães, secção única, no dia 12 de Dezembro de 2006, à noite, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor, Jaime Coelho Matos Lobão, gerente, estado civil: casado (regime: comunhão geral de bens), número de identificação fiscal 161591000, bilhete de identidade n.º 1847128, com endereço na Quinta da Ventuzela, lugar do Casal, 4690-019 Cinfães, com domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado Napoleão de Oliveira Duarte, com endereço na Rua da Agra, 20, sala 33, 4150-000 25 Porto.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter restrito [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidos;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 26 de Fevereiro de 2007, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

14 de Dezembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Luis Agostinho*. — O Oficial de Justiça, *Ernestino Pinheiro*. 3000222537

3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE COIMBRA

Anúncio

Processo n.º 3659/05.9TJCBR.

Insolvência de pessoa singular (requerida).

Requerente — Caixa Económica Montepio Geral.

Insolvente — José António Valério Batista Rosário e outro(s).

Encerramento de processo

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:

Insolventes: José António Valério Batista Rosário, estado civil: casado, nacional de Portugal, número de identificação fiscal 154278106, bilhete de identidade n.º 4567759, cartão de eleitor n.º 953, com endereço na Rua de Nossa Senhora da Conceição, 155, Valongo, Antanhol, 3040-000 Coimbra.

Raquel Maria Costa Helena Valério, número de identificação fiscal 154278092, bilhete de identidade n.º 4736607, cartão de eleitor n.º 952, com endereço na Rua de Nossa Senhora da Conceição, 155, Valongo, Antanhol, 3040-000 Coimbra.

Administrador da insolvência, Emídio Joaquim Costa e Sousa, com endereço na Rua de Miguel Torga, 225, 6.º, C, 3030-165 Coimbra.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: inexistência de massa insolvente.

14 de Dezembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Leonor Gusmão*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Melo*. 3000222498

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA COVILHÃ

Anúncio

Processo n.º 499/04.6TBCVL-J.

Prestação de contas (liquidatário).

Liquidatário judicial — Emídio Joaquim da Costa Sousa.

Requerida — Sociedade de Fabricantes, L.ª

A Dr.ª Alexandra Barreto do Carmo, juíza de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPEREF).

13 de Dezembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Alexandra Barreto do Carmo*. — O Oficial de Justiça, *Nelson Marques Vieira Rosa Barroqueiro*. 3000222497

TRIBUNAL DA COMARCA DE FORNOS DE ALGODRES

Anúncio

Processo n.º 132/06.ITBFAG.

Insolvência de pessoa colectiva (requerida).

Credor — José António Leal dos Santos.

Insolvente — Milc — Indústria de Mobiliário, L.ª

A Dr.ª Gabriela Maria Barbosa Colaço, juíza de direito no Tribunal da Comarca de Fornos de Algodres, secção única, faz saber que, por despacho proferido em 30 de Novembro de 2006, nos autos acima identificados, foi substituído do cargo de administrador judicial da insolvente Milc — Indústria de Mobiliário, L.ª, número de identificação fiscal 502512490, com sede em Zona Industrial, 6370-128 Fornos de Algodres, com sede na morada indicada, o Dr. José Alberto Rodrigues Batista, com domicílio profissional na Rua de José Castilho, lote 16, 3.º, direito, Coimbra, e nomeada em sua substituição a Dr.ª Paula Peres, advogada, com escritório na Rua do Padre Américo, Edifício Marialva, 1.º, J, Anadia.

5 de Dezembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Gabriela Maria Barbosa Colaço*. — O Oficial de Justiça, *Avelino Santos*. 1000308989

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio

Processo n.º 5635/06.5TBGMR.

Insolvência de pessoa singular (requerida).

Credor — Banco BPL, S. A. — Sociedade Aberta.

Devedor — Miguel Alves Ribeiro e outro(s).

No Tribunal da Comarca de Guimarães, 2.º Juízo Cível de Guimarães, no dia 20 de Novembro de 2006, às 10 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Miguel Alves Ribeiro, gerente da produção industrial, estado civil: casado (regime: desconhecido), nascido em 9 de Maio de 1963, concelho de Guimarães, freguesia de Urgezes, Guimarães, nacional de Portugal, bilhete de identidade n.º 10928415, com endereço na Rua das Casas Novas, 704, lote 3, casa 8, Costa, 4800-000 Guimarães, e Maria Aurora Ferreira Mendes, estado civil: desconhecido, nascida em 4 de Novembro de 1967, freguesia de Azurém, Guimarães, número de identificação fiscal 175355231, bilhete de identidade n.º 8076314, com endereço na Rua das Casas Novas, 704, lote 3, casa 8, Costa, 4800-000 Guimarães, com domicílio na morada indicada.

Para administradora da insolvência é nomeada a Dr.ª Joana Prata, com endereço na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, 2, 2.º, esquerdo, 4810-260 Guimarães.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno.

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;